

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Altera o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Art. 1º Ficam acrescentados o parágrafo 7º do artigo 147; o parágrafo 11 do artigo 149; e o parágrafo 4º ao artigo 150, todos do Regimento Interno, com a seguinte redação:

Art. 147. ...

...

§ 7º O juiz que pretenda integrar a lista tríplice de promoção por merecimento e que não tenha frequentado o curso da ESMAM previsto no parágrafo anterior, por motivo e razão superiores, deverá apresentar suas justificativas quando da inscrição.

Art. 149. ...

...

§ 11 A operosidade das varas "especiais", tais como Juizados da Infância e Juventude, Varas de Violência Doméstica e Varas de Execuções serão aferidas de acordo com provimento expedido pelo Corregedor Geral de Justiça.

Art. 150. ...

...

§ 4º A produtividade das varas "especiais", tais como Juizados da Infância e Juventude, Varas de Violência Doméstica e Varas de Execuções serão aferidas de acordo com provimento expedido pelo Corregedor Geral de Justiça.

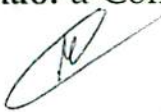
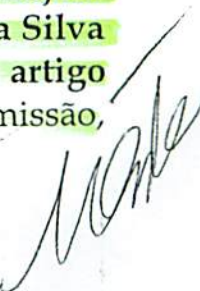
Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

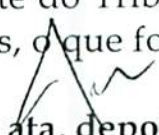
Comissão de Regimento Interno e Procedimentos

Ata da reunião realizada no dia 26 de Setembro de 2011.

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e onze, no Gabinete do Desembargador Cleones Carvalho Cunha, às 11 horas, sob a presidência do desembargador Raimundo Freire Cutrim, e presentes mais os membros desembargadores Cleones Cunha e Nelma Sarney, reuniu-se a Comissão de Regimento Interno e Procedimentos, para apreciar e decidir as matérias postas. Em pauta: 1) **Processo nº 39.275/2010, no qual o Dr. Pedro Leonel Pinto de Carvalho apresenta Sugestões para emenda regimental:** a Comissão, unanimemente, manifestou-se pelo indeferimento do pedido, tendo em vista que o número de procedimentos administrativos requer a continuidade de duas sessões mensais administrativas e que as três sessões mensais jurisdicionais são suficientes para julgamentos dos processos judiciais. 2) **Processo nº 22.405/2009, no qual a Juíza de Direito da Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Imperatriz/MA apresenta sugestão para operosidade e/ou produtividade nas Varas Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher:** a Comissão, unanimemente, manifestou-se para que seja emendado o regimento prevendo que o corregedor estabeleça critérios diferenciados para aferição da produtividade das varas especializadas. 3) **Processo nº 9.897/2010, no qual a Juíza da 5ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz solicita especial atenção quando da avaliação de produtividade de Magistrados que atuam em varas especializadas:** a Comissão, unanimemente, manifestou-se para que seja emendado o regimento prevendo que o corregedor estabeleça critérios diferenciados para aferição da produtividade das varas especializadas. 4) **Processo nº 4.854/2009, no qual o então presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão - AMMA solicitou alteração do Regimento Interno:** a Comissão, unanimemente, considerando o tempo transcorrido e que as promoções vêm ocorrendo de acordo com as disposições regimentais e as determinações do CNJ, determinou o arquivamento dos autos. 5) **Projeto de Resolução s/nº., no qual a desembargadora Nelma Celeste Souza Silva Sarney Costa encaminha projeto de inclusão do parágrafo 7º ao artigo 147, do R. I. do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão:** a Comissão,

X

unanimemente, aprovou a alteração proposta para que seja submetida ao Plenário. 6) Processo nº 47.122/2010, no qual o presidente do Tribunal de Justiça encaminha cópia do ofício nº. 093/2010 - GJ: a Comissão, unanimemente, determinou o arquivamento porque prejudicada a proposta. 7) Processo nº 4.778/2011, no qual o presidente do Tribunal de Justiça apresenta projeto de resolução alterando o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão: a Comissão, unanimemente, aprovou em parte o projeto, sugerindo que a execução seja feita pelos respectivos presidentes das câmaras e do Plenário. 8) Ofício nº 700/11 - GABPIJ, no qual o 1º Promotor de Justiça da Infância e Juventude apresenta sugestão de modificação regimental - preservação da identidade de recursos cíveis e criminais e de ações constitucionais que envolvam criança ou adolescente vítima de violência sexual, conforme determinado pela Lei nº. 12.015/2009 - Precedentes: a Comissão, unanimemente, indeferiu o requerido porque já constante do regimento interno e determinou a Diretoria Judiciária o cumprimento rigoroso dos dispositivos regimentais referentes ao assunto. Antes do término da reunião a desembargadora Nelma Sarney propôs seja recomendado ao presidente do Tribunal a uniformização das cores das capas por recursos e processos, o que foi unanimemente aprovado. Do que para constar, foi por mim, , designado secretário *ad hoc* da Comissão, lavrada a presente ata, depois de lida e achada conforme, vai por todos assinada.

Desembargador RAIMUNDO FREIRE CUTRIM
Presidente

Desembargador CLEONES CARVALHO CUNHA,
Secretário designado

Desembargadora NELMA SARNEY,
secretário designado